

ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, SA
CADERNO DE ENCARGOS PARA FORNECIMENTO DE FATOS
IMPERMEÁVEIS

PRC/2024/I30/SE/AD

CADERNO DE ENCARGOS

novembro de 2024

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

I. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar cujo objeto consiste no fornecimento, pelo adjudicatário, de Fatos Impermeáveis, com observância das especificações técnicas e lista de quantidades constantes no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a

Contrato

- I. O contrato integra os seguintes elementos:
- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo adjudicatário;
 - f) O clausulado contratual.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pelo contraente público nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

Cláusula 3.^a

Prazo contratual

1. A entrega dos bens deverá ocorrer através de fornecimento único, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de comunicação da validação dos documentos de habilitação.
2. O contrato cessará após entrega dos bens com fornecimento único.
3. O fornecimento dos bens será efetuado para os seguintes locais, de acordo com as quantidades preconizadas no Anexo II do presente Caderno de Encargos:
 - Pólo Ria: ETAR de Cacia: Rua do Passal | 3800-530 Cacia;
Coordenadas GPS: 40°41'22.83" N 8°35'42.53" W
 - Polo Mondego: ETA da Boavista, sito em Avenida Dr. Luís Albuquerque, 3030-410, Coimbra
Coordenadas: N: 40°11'19.39"; W: 8°25'16.08"
 - Polo Lis: ETAR de Olhalvas, sito na Avenida da Comunidade Europeia, 2410-099, Leiria
Coordenadas: N: 39°44'17.52"; W: 8°47'38.54"

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 4.^a

Obrigações do adjudicatário

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do adjudicatário as seguintes:

- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta, na localização identificada do presente Caderno de Encargos;
- b) Obrigação de garantia dos bens de acordo com as especificações técnicas.
- c) Cumprimento do prazo preconizado no presente Caderno de Encargos;
- d) O adjudicatário é responsável perante a AdCL por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existem no momento em que os bens lhe são entregues.
- e) O adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares, bem como às demais disposições impostas pela AdCL, nos termos do “*Código de Conduta de Fornecedores*” e do próprio sistema de gestão de responsabilidade empresarial em vigor, sendo por sua conta os encargos que de tal resultem.
- f) O adjudicatário deve disponibilizar a informação e os registos necessários à verificação do cumprimento do estabelecido no ponto anterior.
- g) O adjudicatário deve conduzir a sua atividade de forma ética e socialmente responsável e a adotar os princípios e valores éticos da AdCL, assinando para o efeito a Declaração de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores, que faz parte integrante do processo patentado a concurso.

Cláusula 5.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O adjudicatário obriga-se a entregar à AdCL os bens objeto do contrato com as características técnicas previstos no **Anexo I** e quantidades previstas no **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.
4. O adjudicatário é responsável perante a AdCL por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.
5. Caso se verifique que os bens não cumprem com o exigido o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela AdCL, à substituição necessária para garantir

a conformidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

Cláusula 6.^a

Entrega dos bens

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues nos locais definidos no ponto 3 da cláusula 3^a, conforme listagem de quantidades e locais de entrega definidos no Anexo II do presente Caderno de Encargos;
2. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da sua posse e da propriedade para a AdCL, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.
3. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato para o local da entrega, são da responsabilidade do adjudicatário.
4. O adjudicatário obriga-se a respeitar toda a legislação em vigor, na parte que lhe for aplicável, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho, sendo o único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais.

Cláusula 7.^a

Dever de sigilo

1. O adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o contraente público lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do contraente público, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O adjudicatário deve cumprir rigorosamente as instruções do contraente público no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo contraente público, ou por quem atue em representação deste.
6. O adjudicatário deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o adjudicatário responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
7. Mediante solicitação escrita do contraente público, o adjudicatário deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
8. O adjudicatário deve comunicar de imediato ao contraente público quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
9. O adjudicatário encontra-se adstrito a notificar de imediato o contraente público de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
10. Se o adjudicatário tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição accidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o contraente público disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o contraente público possa razoavelmente solicitar.
11. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao adjudicatário, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o contraente público:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e

- c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
12. O adjudicatário obriga-se a ressarcir o contraente público por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
13. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do adjudicatário é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo contraente público, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 9.^a

Conservação de dados pessoais

1. O adjudicatário deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelo contraente público.
2. Dependendo da opção do contraente público, o adjudicatário apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 10.^a

Transferência de dados pessoais

O adjudicatário não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do contraente público, exceto se o adjudicatário for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o contraente público antes de proceder a essa transferência.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO

Cláusula 11.^a

Preço contratual e preço base

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a AdCL deve pagar ao adjudicatário o preço contratual constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base é de 2.009,00€ (*dois mil e nove euros*).

3. Os preços referidos nos números anteriores incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à AdCL, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 12.^a

Condições de pagamento

1. A quantia devida pela AdCL, nos termos das cláusulas anteriores, deve ser paga no prazo de 30 dias após a receção pela mesma da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega da guia de remessa dos bens objeto do contrato.
3. Em caso de discordância por parte da AdCL, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pelo contraente público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, o contraente público proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.ºs 1 a 3, devem ser apresentadas até ao dia 4 do mês seguinte a que se referem, conter a menção da respetiva nota de encomenda e as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo adjudicatário.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.
7. O preço contratual não é suscetível de revisão.

Cláusula 13.^a

Faturação

1. As faturas a apresentar pelo Adjudicatário ao Contraente Público, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada em observância com o disposto no artigo 299.º-B do CCP.

2. As faturas eletrónicas a emitir pelo Adjudicatário deverão ser enviadas para o Portal FE-AP de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa “eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP”.
3. Caso o Adjudicatário não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em:
<https://www.espap.gov.pt/spfin/normas/Paginas/normas.aspx>;
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores em
<https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx>;
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIUJ;
4. As faturas eletrónicas a emitir deverão cumprir, para além do definido no n.º I do artigo 299.º-B do CCP, o estabelecido no documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.
5. As faturas devem conter, entre outras indicações, a referência do concurso, o número da nota de encomenda – é obrigatória a menção do número da Nota de Encomenda na Fatura (ficheiro EDI – no campo cbc:ID da estrutura cac:OrderReference) - e o correspondente item, sob pena de devolução daquelas e o conseqüente não reconhecimento das obrigações.
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pela AdCL não será objeto de qualquer cobrança adicional.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 14.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela AdCL.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo adjudicatário.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, determina ao adjudicatário que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 15.^a

Modificação objetiva do contrato

Além dos fundamentos de modificação objetiva previstos no artigo 311.º e seguintes e 370.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato não pode ser modificado.

Cláusula 16.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual do adjudicatário

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do contraente público.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O contraente público deve pronunciar-se sobre a proposta do adjudicatário no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. A subcontratação pelo adjudicatário depende de autorização do contraente público, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento do prazo de entrega dos bens objeto do contrato, até 10% do valor do contrato;
 - b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 5% do valor do contrato;
2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o contraente público pode exigir-lhe uma sanção contratual de até 20% do valor global do contrato.
5. Ao valor da sanção contratual prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º I, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na respetiva entrega tenha determinado a respetiva resolução.
6. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
7. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 18.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo adjudicatário das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza o contraente público a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o adjudicatário direito a qualquer indemnização.

Cláusula 19.^a

Resolução do contrato por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no atraso, total, no fornecimento dos bens objeto do contrato superior a um mês ou declaração escrita do Adjudicatário de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo contraente público.

Cláusula 20.^a

Resolução do contrato por parte do adjudicatário

1. O adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contrato de seguro, dos seguintes riscos:
 - a) Seguros inerentes ao transporte, com cobertura sobre os bens a transportar;
2. O contraente público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário prestá-la no prazo de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 22.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 23.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre o contraente público e o adjudicatário relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 24.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Coimbra, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 25.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 26.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

- Deverá incluir estampagem de logotipo a cor branca, de acordo com o manual gráfico de fardamento do Anexo III do presente Caderno de Encargos.
- Capuz interno fixo com fecho de correr.
- Costuras termosoldadas.
- Ventilação dorsal e nas axilas.
- Punho elástico no interior da manga.
- Casaco com fecho frontal com fecho de correr e cordão ajustável.
- Calças com cintura elástica e bolsos com aberturas.
- Composição: - 100% poliéster sobre revestimento de PVC de 0,18 mm. de espessura.
- Cor: - Azul-marinho
- Tamanhos: S ao 3XL

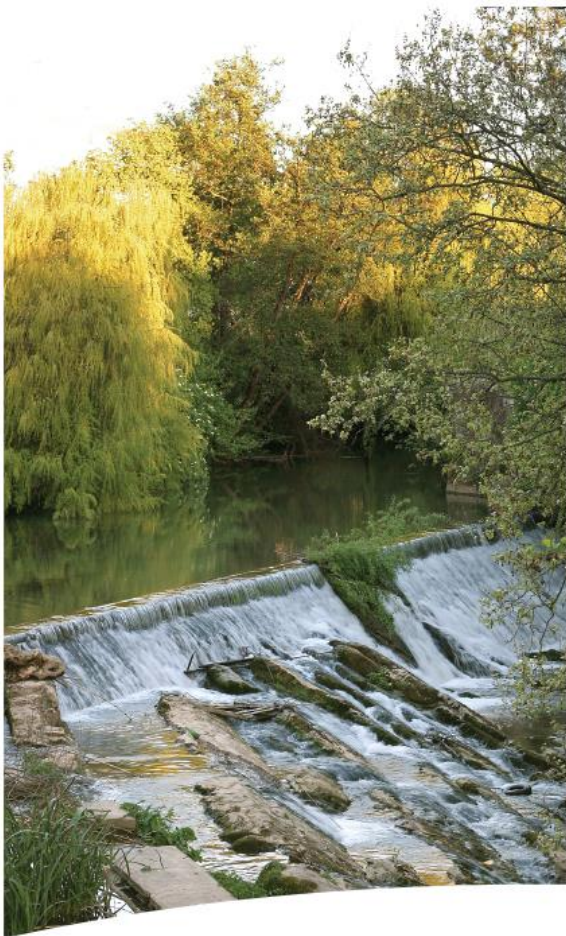
ANEXO II

LISTA DE QUANTIDADES POR POLO

	Tamanho S	Tamanho M	Tamanho L	Tamanho XL	Tamanho XXL	Total
Fato Impermeável – Polo RIA	10	10	25	20	10	75
Fato Impermeável – Polo MDG	10	20	40	30	20	120
Fato Impermeável – Polo LIS	5	10	15	15	5	50
						245

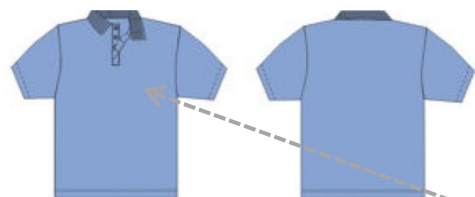
ANEXO III

MANUAL GRÁFICO DE FARDAMENTO



Manual Gráfico de Fardamento

3. T-shirt e polos

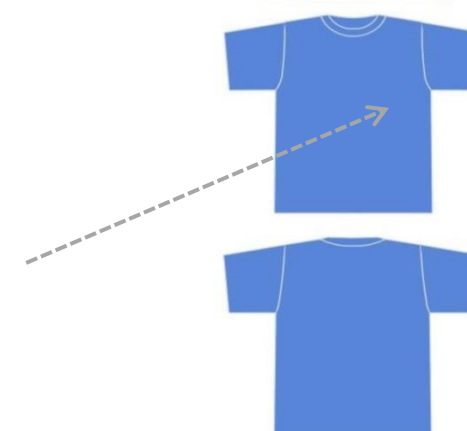
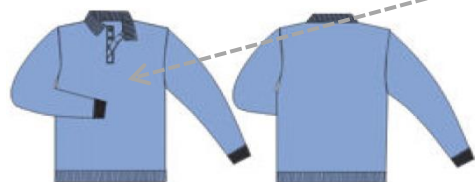


Cor: Logótipo a azul escuro

Medidas: 10,4 x 2,5 cm (LxA)

Método aplicação: bordado

Localização: Frente (lado esquerdo)

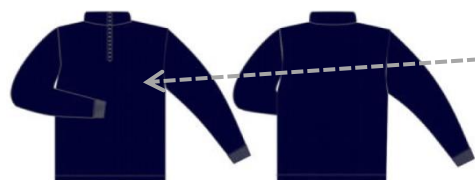


Cor: Logótipo a branco

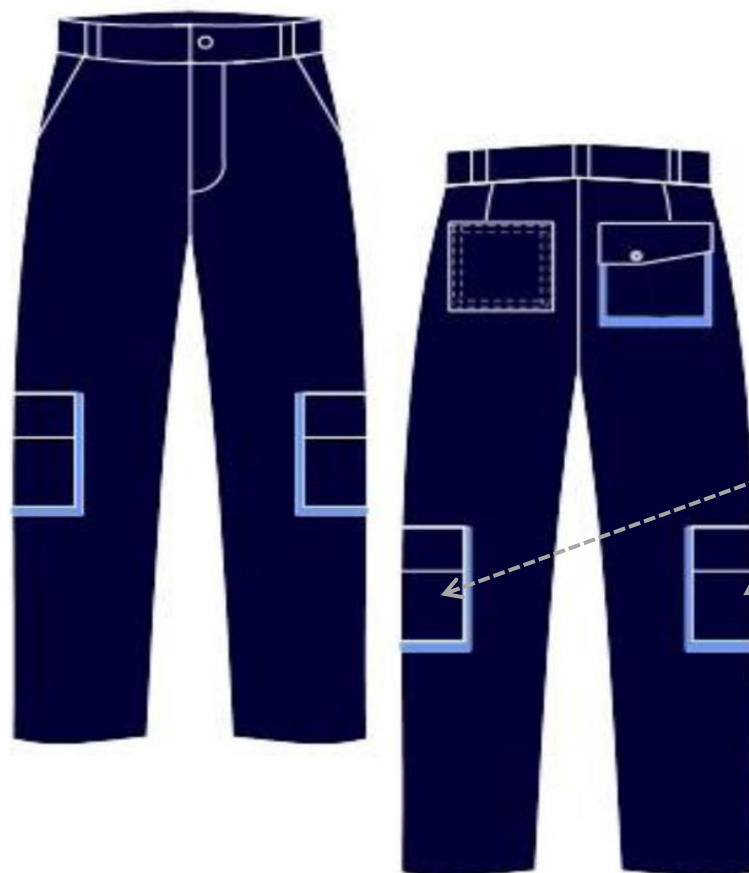
Medidas: 10,4 x 2,5 cm (LxA)

Método aplicação: bordado

Localização: Frente (lado esquerdo)



2. Calças



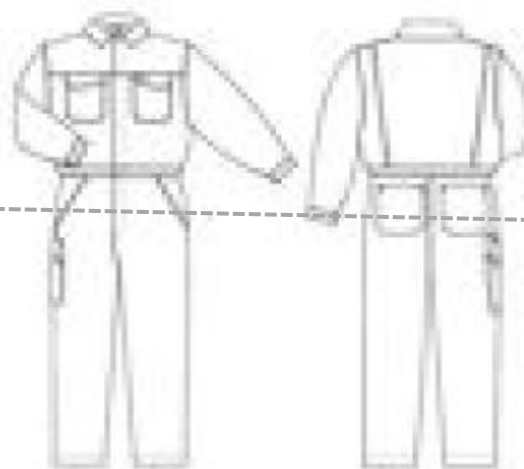
Cor: Logótipo a branco

Medidas: 12,5 x 3 cm (LxA)

Método aplicação: bordado

Localização: Bolsos Laterais (dois lados)

I. Fato macaco



Cor: Logótipo a branco

Medidas: 10,4 x 2,5 cm (LxA)

Método aplicação: bordado

Localização: Frente (lado esquerdo)

Cor: Logótipo a branco

Medidas: 12,5 x 3 cm (LxA)

Método aplicação: bordado

Localização: Bolsos Laterais (dois lados)

5. Boné



Cor: Logótipo a branco

Medidas: 10,4 x 2,5 cm (LxA)

Método aplicação: bordado

Localização: Frente

4. Impermeável e colete refletor



Cor: Logótipo a preto

Medidas: 20 x 4,8 cm (LxA)

Método aplicação: estampado

Localização: Traseira

Cor: Logótipo a branco

Medidas: 20 x 4,8 cm (LxA)

Método aplicação: estampado

Localização: Traseira

Cor: Logótipo a branco

Medidas: 10,4 x 2,5 cm (LxA)

Método aplicação: estampado

Localização: Lateral esquerda

6. Saco para colocação EPI



Cor: Logótipo a branco

Medidas: 20 x 4,8 cm (LxA)

Método aplicação: estampado

Localização: Frente



2. Marca AdP

Manual de Identidade Corporativa
Grupo Águas de Portugal

Versão 1.0 | abril 2015

2. Marca AdP

Neste capítulo são apresentadas regras e recomendações que garantem a correta implementação dos elementos básicos da marca Águas de Portugal.

Todas as aplicações do logótipo que não estejam contempladas neste manual devem ser submetidas à aprovação da Direção de Marketing e Comunicação da AdP Serviços.

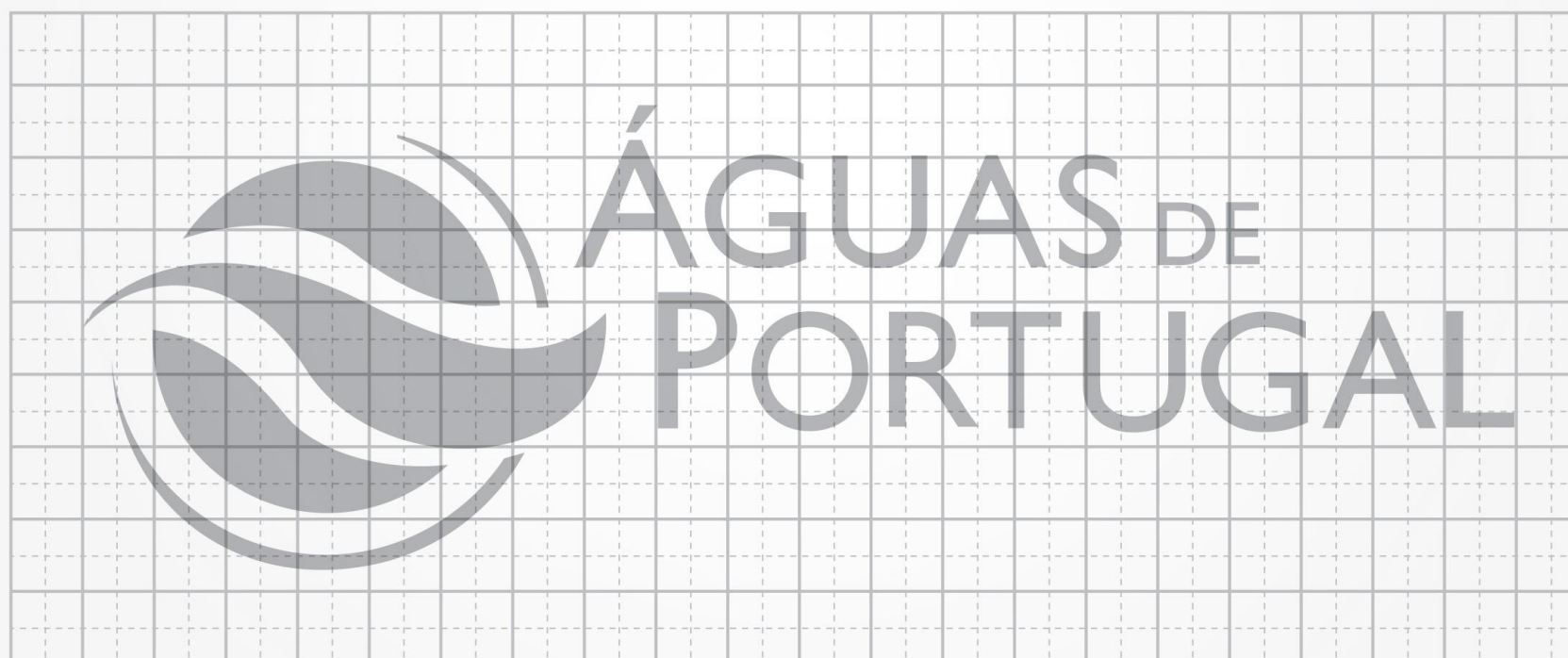
2.1. Logótipo

O logótipo da Águas de Portugal é um símbolo de equilíbrio entre os elementos naturais - **ar, água e terra** -, que representam o esforço ecológico sustentado a que o Grupo Águas de Portugal e as suas empresas se dedicam.



2.1. Logótipo

Construção do logótipo Águas de Portugal



2.2. Versões 2D

O logótipo Águas de Portugal tem **duas versões principais**:

Versão a CORES com gradiente



Versão a CORES sem gradiente



E **três versões secundárias** a uma cor:

Versão a AZUL



Versão a PRETO



Versão a BRANCO



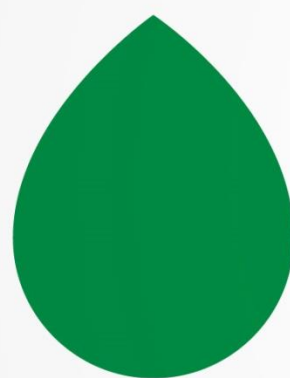
O logótipo a cores sem gradiente deve ser utilizado apenas nas aplicações em vinil. A utilização do logótipo em preto e branco deve ser evitada sempre que possível. A sua utilização é restrita aos meios impressos a preto, como jornais,

2.3. Cores - principais e gradiente

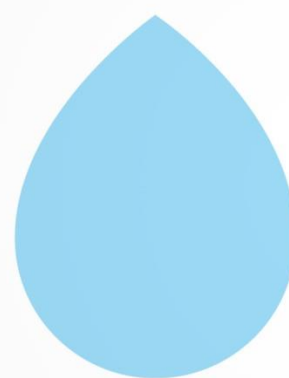
O cromatismo é um fator fundamental na composição de uma identidade. As cores que compõem o logótipo da Águas de Portugal devem ser reproduzidas de acordo com as seguintes indicações:



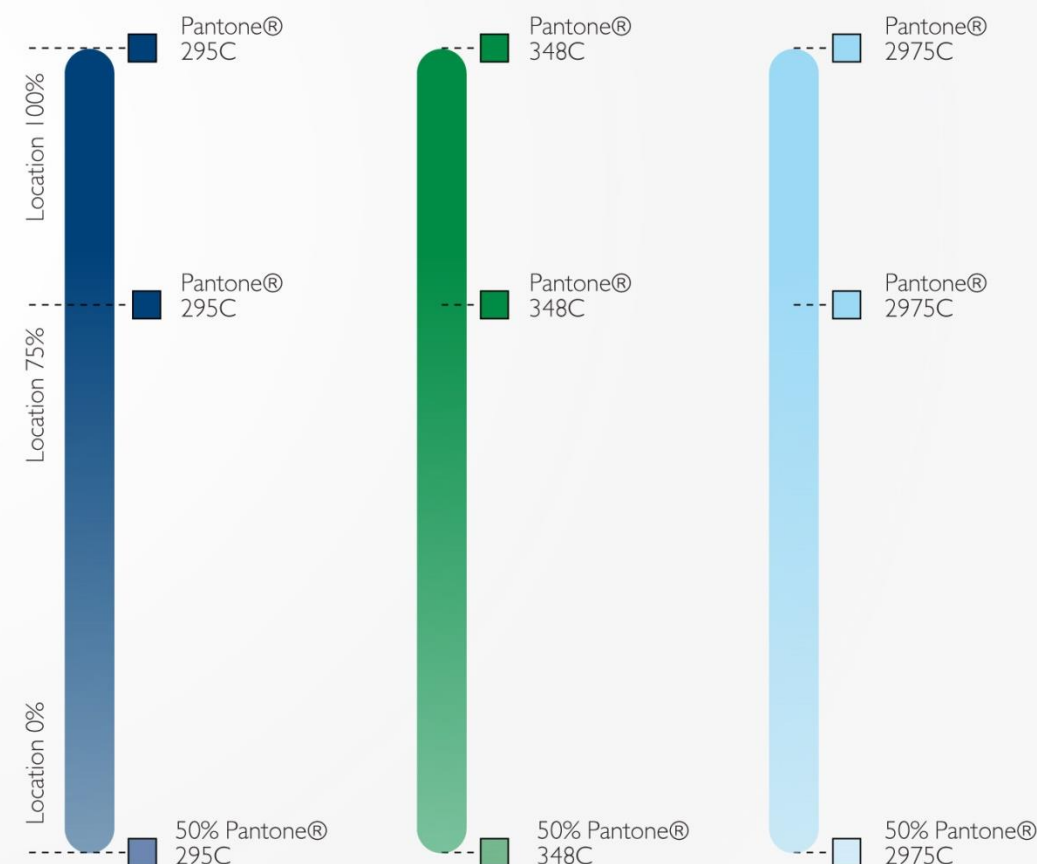
Pantone® 295C
CMYK
 100.60.0.40
RGB
 0.64.112
WEB
 #004070
RAL
 5003
VINIL
 Ref. 9839-12
 (MAC TAC 9800 PRO)
 Ref. 777-074
 (Avery 777)



Pantone® 348C
CMYK
 100.0.100.20
RGB
 0.122.55
WEB
 #007a37
RAL
 6024
VINIL
 Ref. 9849-10
 (MAC TAC 9800 PRO)
 Ref. 777-083
 (Avery 777)



Pantone® 2975C
CMYK
 34.0.0.0
RGB
 135.203.242
WEB
 #87cbf2
RAL
 5015
VINIL
 Ref. 9839-10
 (MAC TAC 9800 PRO)
 Ref. 732
 (Avery 700)



2.4. Cores - complementares e secundárias

Em projetos institucionais especiais, tais como brochuras ou convites, podem ser usadas **cores complementares**.



Pantone® 8223C
Metallic Coated



Pantone®
Cool Gray 2C



Pantone®
877C

As **cores secundárias** são utilizadas para flexibilizar a criação de grafismos e layouts em peças de comunicação, bem como em documentos internos.



Pantone® 376C
CMYK
45.0.100.0
RGB
154.202.60
WEB
#9aca3c



Pantone® 390C
CMYK
35.12.100.0
RGB
181.190.0
WEB
#b5be00



Pantone® 158C
CMYK
0.65.100.0
RGB
244.121.32
WEB
#f47920



Pantone® 1565C
CMYK
4.27.57.0
RGB
242.189.125
WEB
#f2bd7d



Pantone® 3135C
CMYK
100.25.32.5
RGB
0.148.179
WEB
#0094b3



Pantone® 3105C
CMYK
54.0.14.0
RGB
96.209.224
WEB
#60d1e0



Pantone® 124C
CMYK
7.35.100.0
RGB
236.170.0
WEB
#ecaa00



Pantone® 121C
CMYK
1.13.77.0
RGB
254.216.87
WEB
#fed857



Pantone® 695C
CMYK
27.67.40.3
RGB
183.108.122
WEB
#b76c7a



Pantone® 691C
CMYK
6.20.11.0
RGB
235.205.207
WEB
#ebcdf

2.5 Aplicação sobre fundos

Na aplicação do logótipo, deve-se escolher a versão que proporcione o maior contraste possível com o fundo, preservando a sua integridade cromática.

Comportamento sobre fundos fotográficos

Nos exemplos apresentam-se as regras que devem ser respeitadas na aplicação do logótipo sobre fundos fotográficos. Preferencialmente, não devem ser utilizados fundos médios.



Fundos Claros



Fundos Médios



Fundos Escuros

2.5. Aplicação sobre fundos

Comportamento sobre fundos de cor

Nos exemplos apresentam-se as regras que devem ser respeitadas na aplicação do logótipo sobre fundos de cor.



2.6. Área de proteção

A área de proteção, aqui representada na sua **dimensão mínima**, tem por objetivo proteger o logótipo de outros elementos gráficos. O limite da área de proteção é calculado por uma vez o símbolo com metade da sua dimensão.



2.7. Dimensões mínimas

O logótipo deve ser redimensionado mantendo as proporções originais até uma dimensão mínima que salvguarde a legibilidade no respetivo suporte.



Estes limites foram calculados considerando as características do logótipo e os suportes típicos de reprodução. Caso o sistema de reprodução ou o material a aplicar sejam de menor qualidade, sugere-se a utilização em dimensões maiores.

2.8. Utilizações indevidas

As regras constantes deste manual devem ser seguidas em todas as ocasiões em que se aplique o logótipo. As modificações ou combinações com elementos gráficos estranhos ou de forma não prevista neste manual prejudicam a coerência e comprometem a identidade da marca. É muito importante manter a integridade do logótipo seja qual for o suporte utilizado. Assim, apresentamos alertas para algumas incorreções mais frequentes.



— Deformação das proporções



— Uso de outline



— Alteração da relação entre elementos



— Utilização de cores incorretas



— Aplicação de reflexos



— Aplicação de sombras



— Inserção de logo em texto



— Aplicações não previstas a uma cor

2.9. Versão 3D do símbolo Águas de Portugal

A versão 3D acrescenta volumetria, dimensão e corpo ao símbolo. Não substitui a versão 2D, complementa-a. Será adequada para utilização em animações ou objetos tridimensionais. Foram definidas duas posições para a versão 3D do símbolo. Qualquer uma delas pode ser utilizada em fundo preto ou branco, com ou sem reflexo.

Versão 3D a CORES
Direita



Versão 3D a CORES
Esquerda



Versão 3D a AZUL
Direita



Versão 3D a AZUL
Esquerda



Versão 3D a BRANCO
Direita

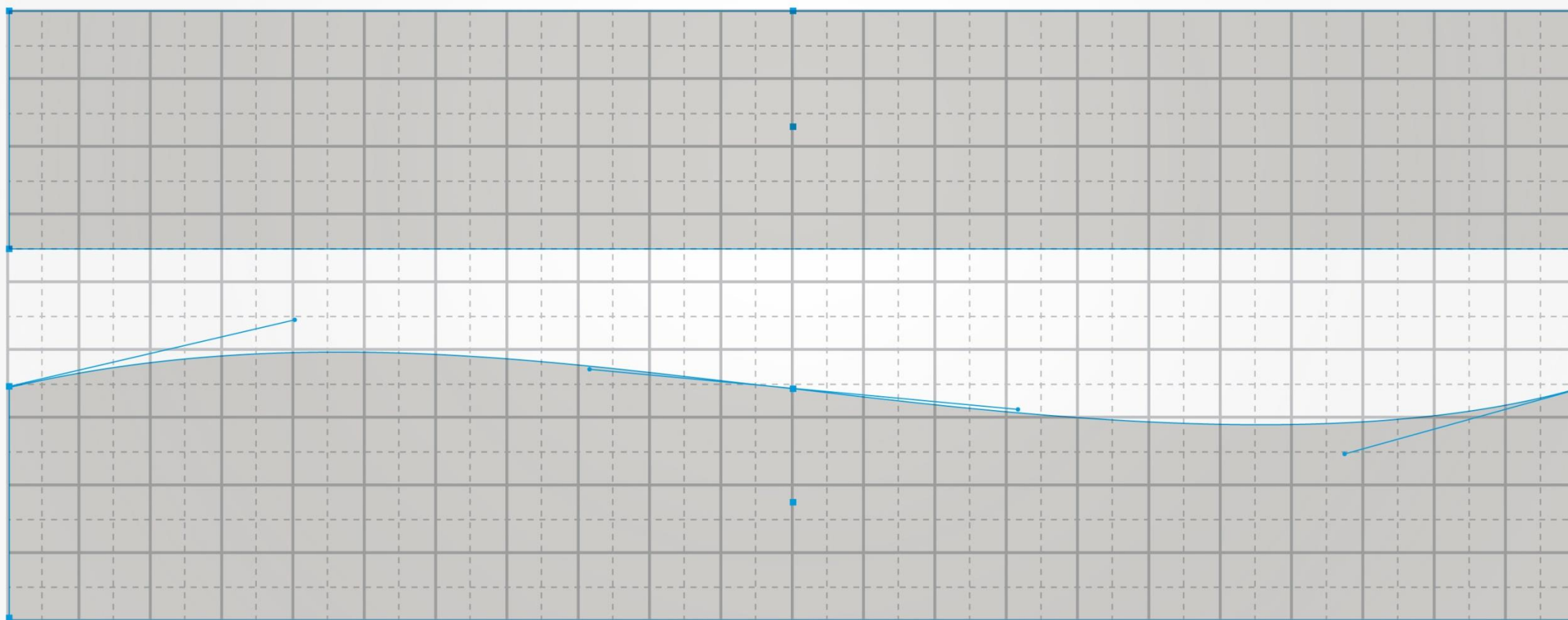


Versão 3D a BRANCO
Esquerda



2.10. Elemento adicional 2D – onda

A onda é o elemento adicional da marca Águas de Portugal. Tem como objetivo imprimir dinamismo a peças de comunicação e ambientes. Apresentamos o seu modo de construção.



2.1.1. Tipografia - fonte institucional

Fonte Institucional - Gill Sans MT e MT Pro

Na comunicação institucional ou comercial deve utilizar-se a família tipográfica Gill Sans MT:

ABCDEF...
abcdefg...
012345...
#\$%=(?!?)

Gill Sans MT

ABCDEF...
abcdefg...
012345...
#\$%=(?!?)

Gill Sans MT Pro Light

ABCDEF...
abcdefg...
012345...
#\$%=(?!?)

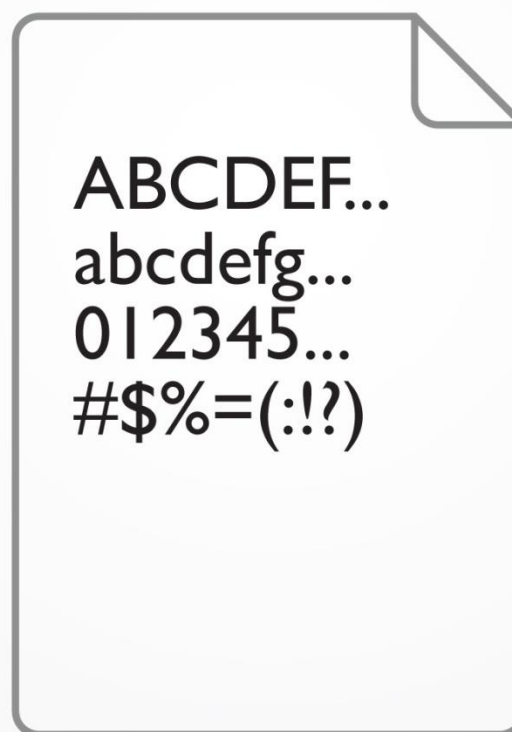
Gill Sans MT Pro Medium

ABCDEF...
abcdefg...
012345...
#\$%=(?!?)

Gill Sans MT Bold

2.12. Tipografia - partilha de documentos

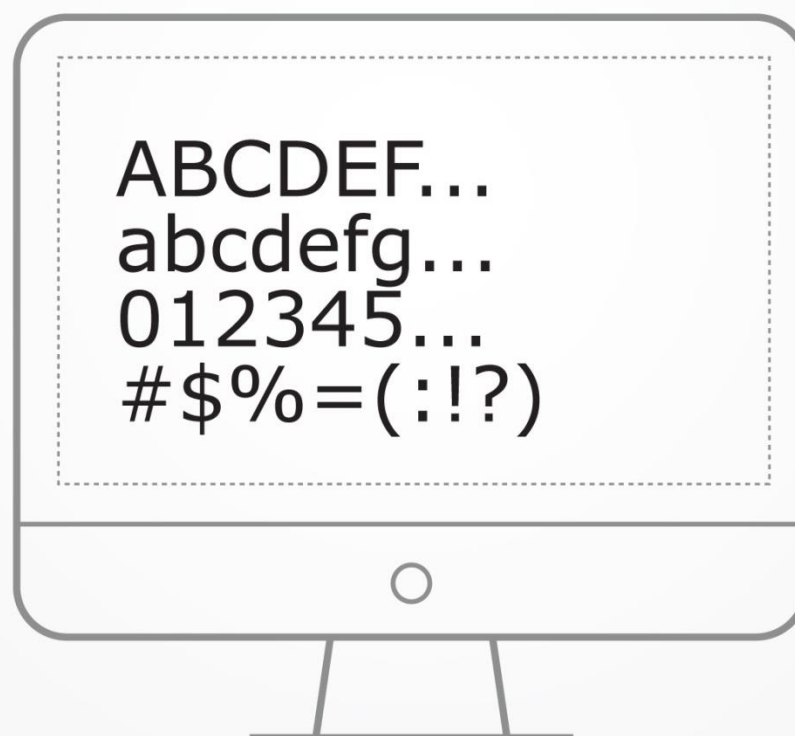
Nos documentos que se destinam a ser partilhados (ex: ficheiros Word e Powerpoint; e-mails), recomendamos a utilização apenas da Gill Sans MT, uma fonte de sistema, compatível com MAC e Windows.



Gill Sans MT (Word, Powerpoint, e-mail)

2.13. Tipografia - suportes online

Nos suportes online das marcas do Grupo Águas de Portugal deve ser utilizada a família tipográfica de sistema Verdana ou Arial.



Verdana ou Arial

2.14. Tipografia - maiúsculas e minúsculas

A **designação AdP** deve apresentar sempre a **letra “d” em minúscula**, mesmo em textos escritos totalmente em maiúsculas.

“A capacidade de planeamento e de execução, a experiência na gestão operacional e financeira e o forte empenho e dedicação dos seus colaboradores transformaram a **AdP** no maior grupo empresarial do setor do ambiente em Portugal, com impactos muito positivos e concretos na melhoria da qualidade de vida dos portugueses.”

“A CAPACIDADE DE PLANEAMENTO E DE EXECUÇÃO, A EXPERIÊNCIA NA GESTÃO OPERACIONAL E FINANCEIRA E O FORTE EMPENHO E DEDICAÇÃO DOS SEUS COLABORADORES TRANSFORMARAM A **AdP** NO MAIOR GRUPO EMPRESARIAL DO SETOR DO AMBIENTE EM PORTUGAL, COM IMPACTOS MUITO POSITIVOS E CONCRETOS NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS PORTUGUESES.”

2.14. Tipografia - maiúsculas e minúsculas

A **designação AdP** deve apresentar sempre a **letra “d” em minúscula**, mesmo em textos escritos totalmente em maiúsculas.

“A capacidade de planeamento e de execução, a experiência na gestão operacional e financeira e o forte empenho e dedicação dos seus colaboradores transformaram a **AdP** no maior grupo empresarial do setor do ambiente em Portugal, com impactos muito positivos e concretos na melhoria da qualidade de vida dos portugueses.”

“A CAPACIDADE DE PLANEAMENTO E DE EXECUÇÃO, A EXPERIÊNCIA NA GESTÃO OPERACIONAL E FINANCEIRA E O FORTE EMPENHO E DEDICAÇÃO DOS SEUS COLABORADORES TRANSFORMARAM A **AdP** NO MAIOR GRUPO EMPRESARIAL DO SETOR DO AMBIENTE EM PORTUGAL, COM IMPACTOS MUITO POSITIVOS E CONCRETOS NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS PORTUGUESES.”